

União vai administrar os títulos estaduais

Partidos de oposição e que apóiam o governo encontraram uma proposta para a rolagem da dívida de estados e municípios: a União passa a administrar os títulos estaduais e municipais e a remuneração a ser paga por governadores e prefeitos será a mesma que se aplica aos títulos públicos federais.

A saída foi recebida com simpatia pelos secretários estaduais da Fazenda do Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, que se reuniram com o líder do governo Câmara, Humberto Souto.

— A proposta permitirá redução de US\$ 400 milhões ao ano nas despesas com rolagem dos títulos e interromperá a transferência de recursos estaduais para os bancos privados — garante o secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzuchelli.

Atraso tem motivo: 12 mil emendas

BRASÍLIA — O atendimento a todos os parlamentares e a digitação das 12 mil emendas apresentadas atrasaram a votação do orçamento no Congresso. Ontem à tarde, o relator geral, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), continuava trancado numa sala do serviço de processamento de dados do Senado (Prodasen) consolidando as emendas e atendendo parlamentares. Esse trabalho deve acabar só amanhã à noite, quando termina a sessão legislativa. Segundo o relator, o orçamento só poderá chegar ao plenário amanhã, já que antes deve ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamento.

O atraso irritou o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), que no meio da tarde ameaçava levar o relatório direto para o plenário do Congresso, sem passar pela comissão. Poder para tanto Benevides dispõe. A decisão, contudo, não foi

tomada até o início da noite, com a sessão do Congresso, que começou às 19h, já em curso.

— Eles pediram um prazo de 24 horas na sábado. Eu concedi e marquei uma sessão para domingo. Da minha parte, fiz tudo que pediram, mas é preciso cumprir prazos — reclamou Benevides.

Na noite de ontem, o presidente do Senado estudava duas opções: levar o relatório direto para o plenário ou prorrogar a sessão legislativa para discutir exclusivamente o orçamento da União. Se o senador decidisse intervir na comissão e levar o relatório para o plenário, seria a segunda intervenção na comissão mista este ano. A primeira foi em outubro, quando o ex-relator João Alves (PFL-BA) foi destituído sob acusações de intermediar verbas e utilizar o cargo em troca de votos.